

fonte: O LIBERAL (BELEM) class.: També 125

data: 16/12/94 pg.: 2

# Relatório tenta salvar os últimos Tembé

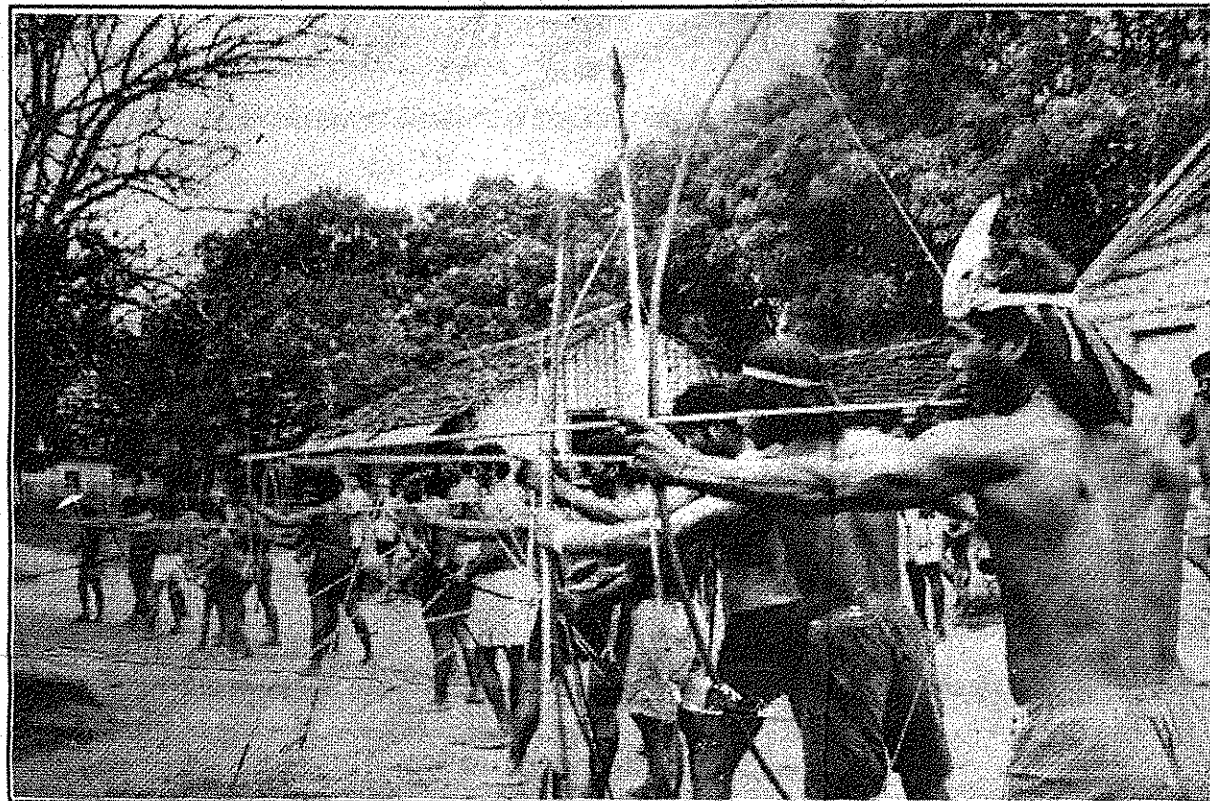
A Comissão Especial de Estudos, criada em 1993, na Assembléia Legislativa do Pará, para apurar denúncias sobre a violação histórica do território dos índios Tembé, da Reserva Indígena do Alto Rio Guamá, na divisa do Pará com o Maranhão, divulgou o seu relatório final de 72 páginas, nesta semana. O relatório "Tembé-Tenetehara - A Nação Resiste" atribui, em última análise, ao Estado e à União, a continuidade dos conflitos na reserva.

Os deputados Neuton Miranda (PC do B), Edmilson Rodrigues (PT), Luís Cunha (PDT), José Francisco (PMDB) e Teodoro Nagano (PPR), através de coleta de dados de pesquisas científicas, visitas à reserva e contatos com índios, além de consultas aos arquivos da Funai, concluem que os Tembé têm vivenciado a perda gradativa do seu território, face às invasões e devastações, ora por grandes grupos empresariais e latifúndios, ora por pequenos e médios produtores rurais.

A reserva foi criada pelo Decreto 307, de 21.03.45, no governo de Magalhães Barata, com uma área de 279,8 mil hectares. Hoje, os índios comprimem-se em 6 mil hectares. Nos anos 70, 11 mil hectares da reserva foram desmatados pela Cia. Agropecuária do Pará, ou Fazenda Uraim, com o aval da Sudam, do Ministério do Interior, da presidência da Funai em Brasília e do governo do Estado.

Os Tembé também foram apropriados de suas terras com a chegada das empresas que formam a Gleba Cidapar (seis das 15 empresas que a compõem têm 127 mil hectares encravados na área indígena), da Mejer Industrial Ltda (que tem cerca de 14 quilômetros de extensão por 4 quilômetros de largura dentro da reserva, em seu lado leste, além de 24 quilômetros de estrada cortando a reserva), da Rosa Madeireira e da Serraria Marajoara.

Estas duas iniciaram, em 92, a construção de mais uma estrada, já com 14 quilômetros abertos, com o aval da Prefeitura de Nova Esperança do Piriá, mas a construção foi interdita em 1993 depois dos protestos tanto de índios como das entidades indígenas. O precedente para o acesso de empresas na área foi



Segundo os deputados, Estado e União são omissos na solução dos problemas existentes na reserva

aberto em 1970, pelo presidente da Funai, general Bandeira de Melo. Ele propôs a desinterdição da área dos Tembé sob a alegação de que lá não havia mais índios. Assim é que a Cia. Agropecuária do Pará conseguiu da Funai uma certidão negativa que lesou os Tembém em 11 mil hectares.

Segundo os deputados, apesar de reconhecerem as irregularidades jurídicas que cercam o histórico fundiário da Gleba Cidapar, o Estado e a União vêm se eximindo de assegurar as iniciativas adequadas à solução dos conflitos. Ao contrário, subscrevem financiamentos e mantêm a Polícia Militar a serviço das empresas, que se limitam a apresentar projetos supervalorizados e a instalar o terror através de grupos armados. Em 90, o Inbra propôs a desapropriação da Cidapar, mas até hoje há polêmica em torno dos valores das indenizações.

Além das empresas que invadiram a área, a reserva tem 724 ocupantes que chegaram há apenas seis anos (66% das invasões), e 22 fami-

lias que ocupam pedaços de terra há cerca de 30 anos (2% das invasões). Entre os ocupantes não-índios que moram na área, a maioria ocupa lotes de menos de 1 hectare até 45 hectares, enquanto 48 famílias ocupam 8.385 hectares.

Nas 22 aldeias Tembé, que ficam nos municípios de Ourém, Nova Esperança do Piriá (criado em 1991), Garrafão do Norte e Santa Luzia do Pará (criados em 1988), vivem 800 índios distribuídos em dois grupos, nos rios Guamá (PA) e Gurupi (MA/PA). Segundo o relatório, baseado na pesquisa do CEDI "Povos Indígenas no Brasil", de meados do século 19 a meados do século 20, a população Tembé teve um decréscimo de 2.250%. Em 1872, eles eram 9.000; em 1930, eram 1.068; em 1940, entre 300 e 400. De 1970 para cá, está havendo um lento processo de recuperação demográfica. Em 1992, já eram 800.

Uma das propostas do relatório é que seja feito um levantamento fundiário na reserva que assegure o princípio da inalienabilidade das ter-

ras indígenas. O Inbra e o Iterpa devem discriminar de forma imediata e precisa as terras contíguas à reserva, que poderão servir para assentar colonos sem terra, garantindo-lhes toda infra-estrutura e políticas de incentivo.

Eles também sugerem que a Seduc, as secretarias municipais de Educação, a UFPA, a Funai, a Unespa e a Fundação Nacional de Saúde diagnostiquem as condições de educação e saúde, para ações políticas que melhorem a qualidade de vida dos Tembé. Nas aldeias, há apenas quatro professores, por exemplo. Os deputados prometeram oficializar ao Ministério Público e à Justiça Federal apelos para que sejam assegurados os despachos judiciais de imissão na posse bem como propor o ressarcimento aos índios dos resultados da produção obtido pelas empresas que ilegalmente exploram os recursos da reserva.

Ao presidente da República e ao ministro da Justiça, os deputados vão pedir a agilização da homologação das terras já demarcadas.